

Aumento do IPTU trava sessão na Câmara

Publicação em Diário Oficial da Prefeitura "atropela" o trâmite legislativo

Demétrio do Carmo - especial para o Diário

Alerj aprova projeto que reconhece Petrópolis como Capital Germânica

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, na tarde dessa quarta-feira (3), o Projeto de Lei nº 13142/2023, de autoria do deputado estadual Sergio Fernandes (PSD), que declara o município de Petrópolis como a Capital Germânica do Estado. A proposta segue agora para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

Segundo o parlamentar, o reconhecimento oficial reforça a identidade histórica e cultural da cidade, que carrega traços marcantes da imigração alemã desde o século XIX. "Petrópolis é um patrimônio vivo da influência germânica no Brasil. Esse título não é apenas simbólico — ele valoriza nossa história, fortalece o turismo e reconhece a contribuição dos imigrantes alemães para o desenvolvimento da cidade", afirmou Sergio Fernandes.

Fundada em 1843 por Dom Pedro II, Petrópolis atraiu, ao longo do reinado do imperador, um grande fluxo de imigrantes alemães que ajudaram a moldar a arquitetura, o comércio e a vida cultural do município. O Pa-

lácio de Cristal, inaugurado em 1884 e inspirado em estruturas da Alemanha, tornou-se um dos símbolos mais conhecidos dessa presença europeia. Residências, prédios públicos e construções tradicionais também preservam características marcantes do estilo germânico.

Sergio Fernandes destacou ainda a importância da valorização cultural para o desenvolvimento regional. "A cidade mantém viva essa herança em suas construções, na gastronomia, na música e na dança. A Bauernfest, por exemplo, é hoje um dos maiores festivais de cultura germânica do país e movimenta a economia local todos os anos", disse o deputado.

Realizada anualmente em junho, a Bauernfest atrai milhares de visitantes para celebrar a tradição alemã com apresentações folclóricas, cervejas artesanais produzidas na região e pratos típicos.

Petrópolis merece esse reconhecimento. Trata-se de uma justa homenagem à sua história e ao povo que ajudou a construir a cidade que conhecemos hoje", concluiu Sergio Fernandes.

A sessão dessa terça-feira (2) na Câmara Municipal foi marcada por polêmicas e discussões por conta da votação da redação final do Projeto de Lei 97922025, enviado à Casa Legislativa pela Prefeitura de Petrópolis, e que dispõe sobre a atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, em outras palavras, o reajuste de 5,17% no IPTU para o próximo ano.

O projeto, que já havia sido votado em primeira discussão e aprovado por nove dos 15 vereadores, no dia 18 de novembro, retornou para nova votação, obedecendo o trâmite legislativo. Ocorre que, a prefeitura já havia publicado a lei no Diário Oficial, do dia 27 de novembro, o que atropela o rito interno. A questão paralisou a sessão dessa terça-feira (2), para que os vereadores consultassem o Departamento de Assuntos Jurídicos - DAJ - e assim prosseguissem à votação final. A sessão, no entanto, não foi reiniciada por falta de quórum e a pauta foi trancada. A sessão ordinária que votaria o texto final do projeto, nessa quarta-feira (3), também não ocorreu e só vai acontecer, nesta quinta-feira (4), às 14h.

Em sua fala, a vereadora Pro-



A SESSÃO ordinária para votar o texto final do projeto ficou para esta quinta

fessora Lívia (PC do B) criticou a pressa do governo municipal dizendo que o mesmo deveria, desde o começo, ter apresentado um plano para a recuperação financeira da cidade. "Me parece que o governo está apresentando aqui uma tábua de salvação para os problemas da prefeitura, achando que reajustar o IPTU vai resolver todos problemas das finanças", disse.

No ofício enviado à Casa Legislativa a Prefeitura de Petrópolis se justificou dizendo que a medida visa assegurar a manu-

tenção do equilíbrio fiscal e a preservação do poder de compra das receitas municipais, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, o planejamento orçamentário e a boa gestão financeira da administração.

Os contribuintes já começaram a receber os carnês do IPTU. A distribuição pelos Correios teve início na última sexta-feira (28), com 102 mil documentos enviados para todas as regiões da cidade. A previsão é que a entrega seja concluída até a segunda quinzena de dezembro.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 04/12/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 48ª SESSÃO DO 2º PÉRIODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Sessão Plenária da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às desseus horas e cinquenta e quatro minutos o Presidente, o Vereador Junior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos inicio aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Lívia que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** GP Projeto de Lei nº: 599/2025 CMP (10143/2025); GP Diversos nº: 812/2025 CMP (10137/2025); Projeto de Lei nº: 9951/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 10134/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 10168/2025 do Vereador Junior Paixão; Emenda Modificativa nº: 10136, 10144, 10145, 10146 e 10147/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Aditiva nº: 10148/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento nº: 10139, 10140 e 10141/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 10130/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 10132/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 10138 e 10170/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 10158 a 10164/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10169 a 10177/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 10171/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 10172, 10173, 10174 e 10175/2025 do Vereador Júnior Coruja; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3810/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3886/2024 do Vereador Júnior Paixão; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Júlia Casamasso e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4369/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 10179/2025 do Vereador Tiago Leite; o Requerimento foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Professora Lívia; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 9535/2025 do Vereador Tiago Leite; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Octávio Sampaio e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1926, 1927, 1953, 3925, 3926, 3927, 4742,

4743, 4753, 4963, 5728, 5729, 5731, 6251, 6254, 7998, 8021, 8130, 8454, 8455, 8457, 9895, 10007 e 10008/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convocando assim o primeiro Vereador: 1) LÉO FRANÇA, PSB — Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que faria uma fala breve e objetiva, solicitando dois minutos de atenção dos presentes. Relembrou que, na semana anterior, os parlamentares foram surpreendidos, com a notícia de uma possível paralisação no atendimento do CTO dentro do Hospital Alcides Carneiro. Segundo ele, o governo, por meio do secretário de Saúde, divulgou um vídeo afirmando que realizaria uma reunião com a direção do CTO para solucionar o problema e garantir mais dignidade aos pacientes em tratamento. A reunião ocorreu no dia 18 e foi amplamente divulgada pelo governo, que comemorou um suposto acordo que asseguraria o atendimento dos moradores de Petrópolis. Entretanto, afirmou ter sido surpreendido novamente, pois a direção do Hospital Alcides Carneiro informou ao vereador que não teria condições de cumprir o acordo firmado — menos de dez dias depois da reunião. Diante disso, o CTO recorreu à Justiça. Recebeu, inclusive, a petição apresentada à 4ª Vara Cível pelo advogado do CTO. Leu parte do documento judicial, que registrava os pontos pactuados entre o SEHAC, a Secretaria de Saúde e o CTO: pagamento imediato dos valores devidos até julho de 2025; contratação de médicos para o atendimento via SEHAC; disponibilização do sistema CER ao CTO para organizar o fluxo de consultas e administração de medicamentos; comunicação ao Estado para posterior pagamento. Segundo ele, tudo isso foi desfeito posteriormente. Ele elogiou o Dr. Jorge, afirmando que este tem "feito o papel de prefeito" ao marcar nova audiência com a Secretaria de Saúde, o CTO e a administração do SEHAC. Mencionou ter caso na família em tratamento no CTO e fez elogios aos profissionais da instituição, destacando que o atendimento é igualitário e humanizado. No entanto, segundo ele, a prefeitura estaria alegando que não pode cumprir o acordo inicialmente anunciado. Afirma ainda que circulam comentários de que o governo municipal estaria planejando terceirizar o CTO dentro do Hospital Alcides Carneiro, lembrando que tentativa semelhante teria ocorrido na UTI neonatal em junho, quando uma empresa de Volta Redonda chegou a circular no hospital. Apesar da atuação do Ministério Público, segundo ele, a prefeitura recuou. Argumentou que o CTO estaria sendo "afastiado" para possibilitar sua retirada, como já teria acontecido com o HCC. Ele afirmou que visita o HCC com frequência e reconhece que os profissionais de lá são extremamente competentes, embora muitos fiquem até três meses sem receber salários. Para ele, há uma "corda de fumaça" com o objetivo de entregar a saúde municipal ao Dr. Luizinho, o que considera inaceitável. Questionou como o governo pretende terceirizar unidades ou abrir novas estruturas se sequer consegue pagar o que já está instalado. Ele alertou que, caso a regulamentação passa pelo Estado, vagas poderão ser ocupadas por pacientes de outras cidades, prejudicando os petropolitanos. Defendeu que, independentemente de posição política, a Câmara precisa se unir para impedir a terceirização da saúde municipal. Lembrou que o CTO tem 45 anos de atuação e ressaltou que a prefeitura já possui uma dívida superior a R\$ 3,5 milhões com a instituição. Também citou que o Estado enviou quantias ex-

pressivas para a saúde e criticou a ausência do CTO e do HCC na lista de prioridades do pagamento. Parabenizou o vereador Thiago Leite pela audiência pública sobre o HCC, que teria revelado dados importantes, inclusive a existência de mais de R\$ 4 milhões em dívidas. Em seguida, apontou que o governo Hingo encerra o primeiro ano com mais de R\$ 500 milhões de passivo. Comentou ainda sobre o calendário do pagamento divulgado pela prefeitura e mencionou matéria na Coluna do Pazzinato, que tratava dos precatórios. Segundo o vereador, o prefeito já deixou de pagar 58 milhões em 2021 e, neste ano, deixou de pagar mais R\$ 60 milhões. Embora tenha feito acordo com o Tribunal de Justiça para parcelar os valores entre setembro e dezembro, ele não teria pago setembro nem outubro. Alertou que o prefeito poderá usar os precatórios como justificativa para não cumprir o calendário de pagamentos divulgado recentemente. Encerrou, dissera ter assistido ao podcast no qual o prefeito eleito prometeu ter um plano B e garantir a retomada econômica sem aumentar impostos. Todavia, o prefeito decretou calamidade financeira e, ao mesmo tempo, continua nomeando cargos comissionados. Ele lembrou ainda que o prefeito recorreu ao Tribunal de Justiça para restabelecer o aumento de 70% em seu próprio salário. O vereador concluiu afirmando que a Câmara tem parlamentares comprometidos com a cidade e que não é aceitável que servidores, contratados e estagiários fiquem sem salário enquanto o prefeito busca recuperar o aumento de sua remuneração. Agradeceu e despediu-se. 2) DOMINGOS PROTETOR, PP — Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Registrou a presença de seu amigo Fábio, morador da Rua 24 de Maio, parabenizando-o pela moção que recebeu, ressaltando que se tratava de um reconhecimento merecido pelo trabalho realizado ao longo dos anos. Em seguida, afirmou que abordaria os assuntos "por partes", citando inicialmente a questão do CTO. Concordou com o vereador Léo França, destacando que o CTO é uma entidade de extrema relevância não apenas para Petrópolis, mas também para outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Mencionou que frequentemente se veem vans de outras cidades trazendo pacientes para atendimento no local. Observou que o Dr. Aloísio havia assumido a administração há apenas alguns dias aproximadamente oito ou dez e ressaltou que a situação da saúde já se encontrava complicada muito antes. Ele relatou que acompanhava as sessões pela TV Câmara e viu os debates que tratavam da crise no setor. Ressaltou ainda que não recebeu a mesma informação mencionada por Léo França sobre o suposto rompimento de acordo com o CTO e que, portanto, ainda não poderia confirmar o que realmente ocorreu. Explicou que não conseguiu contato com o secretário Aloísio até aquele momento para obter esclarecimentos, mas garantiu que cobraria respostas do governo e conversaria diretamente com o secretário para entender a situação e assegurar a continuidade dos atendimentos do CTO. Na segunda parte de sua manifestação, ele abordou a afirmação de que o governo teria recorrido para restabelecer o aumento de 70% no salário do prefeito. Explicou que já leu reportagem publicada no jornal *Tribuna de Petrópolis*, que, segundo ele, apresentou a informação de forma mais precisa. A matéria esclarecia que o recurso da prefeitura havia sido feito "por ofício", ou seja, por obrigatoriedade processual decorrente de uma ação judicial prévia e não por iniciativa exclusiva do prefeito para efetivar o aumento. Destacou que esse tipo de recurso obrigatório não impli-

ca necessariamente a intenção de implementar o reajuste. Citou como exemplo o caso envolvendo decisão favorável do juiz Dr. Jorge sobre o ICMS, quando o governo do Estado, igualmente por ofício, recorreu e derrou a decisão. O vereador retoiou a palavra afirmando que a questão do ICMS é extensa e ainda será discutida em outras oportunidades na Câmara. Preferiu não aprofundar o tema naquele momento e voltou a tratar do assunto relacionado ao CTO. Ele reforçou que acompanhará a situação e garantiu ao vereador que buscará regularizar o problema mencionado. Aproveitou a referência ao bondinho citada anteriormente, o vereador passou a comentar sobre o turismo no município. Lembrou que, no dia anterior, houve uma conversa sobre a importância da atividade turística para a cidade. Informou que recebeu diversas mensagens de profissionais do setor hoteleiro incluindo hotéis e pousadas que destacaram a relevância dos eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que todos estes eventos estavam sendo organizados a custo zero para a prefeitura, sem utilização de recursos próprios, o que considerou extremamente positivo para o município. Ele concluiu registrando seu apoio ao setor turístico e enviando um abraço aos profissionais de hotéis, pousadas, bares e restaurantes que o procuraram, ressaltando que continuariam lutando para garantir mais eventos e movimentação turística na cidade. Para ele, essa é uma questão de sobrevivência econômica, visto que, atualmente, a principal indústria de Petrópolis é o turismo, que precisa ser valorizada. Agradeceu e despediu-se. 3) JÚLIA CASAMASO, PSOL — Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Registrou a presença de seu amigo Fábio, morador da Rua 24 de Maio, parabenizando-o pela moção que recebeu, ressaltando que se tratava de um reconhecimento merecido pelo trabalho realizado ao longo dos anos. Em seguida, afirmou que seguirá acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insecuridade de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para garantir a realização de eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Destacou que continuará acompanh